

EXTENSÃO RURAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS : A perspectiva do Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil sobre o tema.

RURAL EXTENSION AND CLIMATE CHANGE: A perspective from the Brazilian Agriculture and Livestock Confederation System on the topic

Autor(es) : Alison Fernando Jeronymo Eduardo

Filiação : Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

E-mail : alisoneduardo1891@gmail.com

Autor(es) : Roselaine Tereza Piber

Filiação : Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

E-mail : roselainepiber@gmail.com

Autor(es) : Alisson Vicente Zarnott

Filiação : Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

E-mail : alisson.zarnott@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): 08. Construção de conhecimentos e estratégias de intervenção planejada: da extensão rural aos diálogos interculturais

Resumo

As mudanças climáticas têm sido objeto de intensa discussão global há décadas, porém é nos últimos anos que esse fenômeno se intensifica e entra como prioridade na agenda dos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), impulsionado por dois motivos: a vulnerabilidade dos sistemas agrários diante dos eventos extremos com relação ao clima e o diagnóstico pessimista presente nos últimos relatórios apresentados Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Nesse contexto, se intensificam as articulações entre Estados e Corporações Nacionais e Internacionais relacionadas à produção de alimentos. Bem como se questiona o papel da assistência técnica na capacitação de produtores rurais para enfrentar os efeitos da mudança no clima da Terra. Assim, o presente estudo busca compreender como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se posiciona com relação à problemática das mudanças climáticas, suas causas e consequências. E como inseriu as ações de assistência técnica e extensão rural nesse contexto. A metodologia deste trabalho combina as abordagens exploratória, descritiva e analítica: levantamento bibliográfico de estudos acadêmicos e científicos sobre Extensão Rural e mudanças climáticas; consulta e análise de materiais publicados pelo Sistema CNA em seu site oficial: relatórios, planos estratégicos e normativas; em um terceiro momento, foram analisados os documentos considerados os que melhor respondessem às indagações do presente estudo. O presente estudo evidenciou o poder que a CNA, articulada às grandes corporações do setor produtivo agropecuário adquiriram na agenda global sobre desenvolvimento e sustentabilidade; a Confederação representa os interesses econômicos dos produtores rurais, entendendo a Natureza como um recurso disponível, mas limitado, com o qual se pode suprir a partir de inovações tecnológicas. Portanto, suas ações de extensão rural visam a preparação dos produtores rurais para enfrentar as crises climáticas, sem maiores perdas e danos sobre a produção agropecuária; e intencionam conscientizá-los de que suas ações de proteção ambiental no interior das propriedades rurais, caracteriza-se um serviço (emprego verde), que supõe perdas econômicas e, assim, deve ser remunerado.

Palavras-chave: Extensão Rural; Mudanças Climáticas; CNA; Desenvolvimento sustentável.

Abstract

Climate change has been a topic of global debate for decades; however, it has recently intensified and become a priority on the agenda of United Nations (UN) member states. This shift is driven by two main factors: the vulnerability of agricultural systems to extreme climate events and the alarming findings of recent reports by the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). In this context, interactions between states and national and international food production corporations have grown, and the role of technical assistance in preparing rural producers to cope with climate change has come under scrutiny. This study aims to analyze how the Brazilian Confederation of Agriculture and Livestock (CNA) positions itself regarding climate change—its

causes and consequences—and how it incorporates technical assistance and rural extension into this framework. The methodology combines exploratory, descriptive, and analytical approaches: a literature review on Rural Extension and climate change; analysis of materials published by the CNA System (reports, strategic plans, and regulations); and selection of key documents that best address the study's guiding questions. The findings reveal CNA's growing influence—alongside major agribusiness corporations—on the global development and sustainability agenda. CNA represents the economic interests of rural producers, regarding nature as a limited but manageable resource through technological innovation. Its rural extension actions aim to equip producers to face climate crises with minimal losses and to promote awareness that environmental protection within farms constitutes a service—classified as a green job—that should be economically compensated.

Keywords: Rural Extension; Climate Change; CNA; Sustainable Development.

1. Introdução

As mudanças climáticas têm sido objeto de intensa discussão em nível global nas últimas décadas, porém, nos últimos anos o debate vem ganhando maior notoriedade no cotidiano das populações urbanas e do rural brasileiro, devido às suas consequências catastróficas, o que tem impulsionado a construção coletiva de estratégias para reduzir ou interromper seus efeitos.

Esse fenômeno, relacionado à questões ambientais, entrou para a agenda global, especialmente a partir da Conferência de Estocolmo¹ (1972), na qual foi anunciado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; a partir de então, emergiram problemáticas que antes não eram discutidas em âmbito internacional e, em alguns casos, nem consideradas pelo poder público e pela iniciativa privada.

Nesse sentido, como resposta aos movimentos ambientalistas, na década de 1980 a questão ambiental se institucionalizou através da promoção de congressos e seminários, de regulações internacionais e nos países. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece o ambiente como bem comum e de responsabilidade da sociedade civil, junto ao Estado.

Na década de 1990, a institucionalização “atinge maior visibilidade no cenário internacional e se constitui como tema obrigatório na agenda política” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 299). A Eco-92, segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (COP 2²), na cidade do Rio de Janeiro, estabeleceu alguns compromissos, consolidados na Agenda 21 (global), que “previa uma associação mundial, que deveria “partir [...] da aceitação da necessidade de se adotar uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento” (Tavares, 2012, p. 139).

Nesse sentido, o debate global intensificou ações, organizadas pelas Nações Unidas, que pretendiam reduzir a pobreza extrema e as taxas de mortalidade infantil, combater epidemias e promover o desenvolvimento em todos os países (Agenda 2015). Em 2015, fruto de um processo de análise coletiva de problemas comuns, especialmente relacionados aos limites da natureza e aquecimento global, a ONU publicou uma Agenda de Desenvolvimento Internacional (Agenda 2030): os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ (ONU, 2023).

Nesse contexto, as circunstâncias são propícias para o fortalecimento de uma governança global sobre temas ambientais e a institucionalização da sustentabilidade como parceria entre os Estados e as Corporações Internacionais de iniciativa privada: “um novo projeto civilizatório, que abarca as múltiplas dimensões do mundo da vida” (Olsson y Kruger, 2021, p. 16).

No entanto, Tavares (2012) ressalta que a institucionalização da proteção ambiental como necessidade planetária, ao impor limites à acumulação capitalista, lhe atribui

¹ Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aprovou dois tratados: a Convenção do Clima e a Convenção da Diversidade Biológica.

² A COP1 ocorreu em Berlim em 1995 e foi presidida por Angela Merkel. A COP reúne-se anualmente para tomar decisões relativas à implementação da Convenção do Clima.

³Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em Mar. 2025.

legitimidade porque enfraquece as lutas ambientalistas por transformação no sistema produtivo global. Nesse processo de institucionalização ocorre “a apropriação dos desafios ambientais pela perspectiva econômico-financeira, desviando-se da esfera ética, filosófica e política para o âmbito das soluções técnicas” (p. 21).

No âmbito brasileiro, como reflexo desse processo de institucionalização, em 1999 foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), um instrumento de gestão de recursos na implementação de políticas ambientais pelo Estado brasileiro, em suas diferentes esferas. Atualizado pela Portaria 023/2020, com os seguintes eixos temáticos: “uso racional dos recursos naturais e bens públicos”; “gestão adequada dos resíduos gerados”; “compras públicas sustentáveis” e “construções sustentáveis”; “qualidade de vida no ambiente de trabalho” e “sensibilização e capacitação dos servidores” (Kruger *et al*, 2024; Zanini *et al*, 2023).

No Brasil observa-se que o tema encontra-se na *formulação de uma agenda*⁴ pública, não obstante, a preocupação dos produtores rurais com as crises climáticas já poderia ser observada desde o ano de 1960, quando a maior empresa no ramo da produção de maçãs do Brasil, na época, anunciou a realocação de seus pomares, pois as plantações que ocupavam o oeste Catarinense⁵ tiveram que migrar para São Joaquim, região serrana do estado de Santa Catarina, motivados pelos invernos cada vez mais quentes (Reynol, 2009).

Para a pesquisadora Emília Hamada, da Embrapa Meio Ambiente, a mudança na temperatura do planeta “[...] significa que as lavouras poderão ser submetidas a novas pragas, doenças e plantas daninhas, só para citar alguns exemplos.” (Reynol, 2009, p. 3).

No século XXI, os debates sobre mudanças climáticas se intensificaram, principalmente com a realização das COPs e os relatórios publicados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁶, com prognósticos nada alentadores: pois “os impactos do clima nas pessoas e ecossistemas são mais vastos e severos do que se esperava, e os riscos futuros aumentam a cada fração de grau de aquecimento” (Boehm e Schumer, 2023, p. 4).

Em relação à Extensão Rural e sua relação com o debate global sobre emergência climática e sustentabilidade, esta discussão tem sido impulsionada pelo Fórum Global dos Serviços de Assessoria Rural (GFRAS)⁷ através de seminários, estudos, documentos e um módulo da série “New Extensionist” dedicado ao apoio da Extensão Rural para adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

O tema também está em discussão no Brasil, discutindo o papel e a relevância dos serviços de Extensão Rural (ER), uma vez que as mudanças climáticas têm impactado diretamente o setor agropecuário, “principalmente, na queda da produtividade e na diminuição de áreas adequadas ao cultivo agrícola” (Brasil, 2023, p. 1).

Ao refletir sobre as ações desenvolvidas por instituições de Extensão Rural no Brasil, com vistas ao enfrentamento das mudanças climáticas, este trabalho selecionou, de forma intencional, o Sistema CNA, pois atualmente desempenha um papel central na representação

⁴A formulação da agenda é conhecida também como a lista de prioridades. A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Existem dois tipos de agenda de acordo com Coob Elder (1983), a agenda pública (conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública) e a agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público decidiu enfrentar. Por fim, têm três condições para que um problema entre na agenda política (atenção, resolubilidade e competência) (Eduardo *et al.*, 2023, p. 72).

⁵Entre 1960 e 2009, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) registrou um aumento de 1,3° C na média mensal de janeiro. A migração das maçãs é somente um exemplo de como as mudanças climáticas já estão afetando a agricultura brasileira, e as projeções indicam impactos cada vez maiores (Reynol, 2009, p. 01).

⁶O último relatório é o sexto, foi publicado em março de 2023 e, como os anteriores, recolhe as descobertas do processo de avaliação do sexto ciclo, realizado pelos cientistas ao redor do mundo.

⁷“New Extensionist” é uma série de módulos voltados para capacitação de extensionistas. Dentre os temas abordados estão também as mudanças climáticas. Disponível em: <https://nelk.g-fras.org/es/home-alias-alias/topic-1/38-extension-support-for-climate-adaptation-and-mitigation/preview> Acesso em: Abril 2025.

de produtores rurais brasileiros, influenciando políticas públicas e práticas do setor agropecuário brasileiro.

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a Extensão Rural brasileira e a crise climática, com foco na atuação do Sistema CNA. Através deste estudo, busca-se compreender como a CNA se posiciona com relação à problemática das mudanças climáticas, suas causas e consequências.

A metodologia deste trabalho combina três abordagens: exploratória, descritiva e analítica. Em um primeiro momento, foi efetuado um levantamento bibliográfico de artigos científicos, teses e dissertações sobre Extensão Rural e as relações com ações voltadas para mudanças climáticas no Brasil. Posteriormente, foram consultados materiais publicados pelo Sistema CNA, incluindo relatórios, planos estratégicos e normativas relacionadas à Extensão Rural e mudanças climáticas, com informações publicadas no site do Sistema CNA. Em um terceiro momento, foram analisados os documentos selecionados. Na metodologia analítica foi utilizado documentos oriundos do site do Sistema CNA, que evidenciou o poder que a CNA, articulada às grandes corporações do setor produtivo agropecuário adquiriram na agenda global sobre desenvolvimento e sustentabilidade, sendo possível organizar um banco de dados e estatísticas sobre sua atuação relacionada ao tema ambiental.

O estudo foi organizado em cinco seções principais. A primeira seção apresenta a introdução, contextualizando o tema, expondo os objetivos da pesquisa e a metodologia adotada. Na segunda seção, discute-se os fundamentos da Extensão Rural no Brasil, bem como o cenário da crise climática no contexto nacional. A terceira seção analisa o histórico de atuação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) nas questões ambientais, assim como sua estrutura organizacional e diretrizes voltadas à sustentabilidade. A quarta seção examina as ações e os posicionamentos mais recentes do Sistema CNA no que se refere à promoção da sustentabilidade no meio rural. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais do trabalho, juntamente com reflexões e perspectivas futuras sobre o tema.

2. Extensão Rural brasileira e a mudanças climáticas

Importantes debates foram responsáveis por um processo de reflexão, com diferentes sujeitos, tanto no âmbito acadêmico, político, como junto aos produtores rurais e os serviços de assistência técnica a eles direcionados, que resultou na construção de uma política nacional de Ater, a PNATER⁸ (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), como um esforço do Estado brasileiro em retomar a política de extensão rural seguindo um modelo mais sustentável, agroecológico, que considerasse as demandas e necessidades da Agricultura Familiar e a urgência de Reforma Agrária, em contraposição ao modelo de assistência técnica convencional, conforme Caporal (2007, p. 18): “uma das políticas públicas necessárias para a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável: a Extensão Rural”.

A Extensão Rural (ER)⁹, ao longo dos anos no Brasil, sempre foi vista como uma importante ferramenta para resolver problemas públicos. Em sua trajetória centenária, este serviço de assessoria, com o binômio assistência técnica e extensão rural, se apresentou e se apresenta como um conjunto de atividades voltadas para a transmissão de conhecimentos e tecnologias para os agricultores, com o objetivo de melhorar a produtividade e as condições de vida no campo, com isso é possível observar as diversas vezes em que os serviços de

⁸Promulgada em 2004, essa política foi fruto de um processo coletivo.

⁹A Extensão Rural como disciplina (área do conhecimento), tem como foco a atuação de profissionais que seja capaz de articular as habilidade e proficiência na docência e pesquisa nas áreas de Extensão Rural e afins, bem como, na ação extensionista propriamente dita e/ou gestão de atividades de extensão; analisar, avaliar e interpretar, em suas diferentes dimensões, a realidade do meio rural e de seus agentes econômicos e sociais; propor, implementar, gerenciar e avaliar ações de desenvolvimento rural e de desenvolvimento dos agentes econômicos e sociais rurais; considerar, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a complexidade da sociedade atual e suas dimensões econômicas, tecnológicas, ambientais, políticas, ideológicas, éticas e culturais; desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o exercício efetivo e consciente da cidadania solidária, responsável e ética; e contribuir para os processos de transformação positiva da realidade econômica e social do meio rural brasileiro e latino-americano.

extensão rural foi instrumento para impulsionar a construção, implementação de diversas políticas públicas, que de uma forma ou de outra, tinha como objetivo o desenvolvimento rural (Borsatto; *et al*, 2022).

Peixoto (2009) e Pettan (2010), enfatizam que existem diversos estudos que:

[...] analisaram a história das ações de extensão rural no Brasil desde seus primórdios, no século 19, passando pela institucionalização dos serviços, nas décadas de 1950 e 1960, com a constituição das associações de crédito e assistência rural (Acars¹⁰), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Na segunda metade da década de 1970, a estrutura dessas associações foi absorvida por cada governo estadual, dando origem às empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (EMATERs), sendo a ABCAR, em 1974, absorvida pelo Ministério da Agricultura, tornando-se a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que, junto às entidades públicas estaduais, conformava o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (p. 10).

Como é possível ler acima, o serviço de extensão rural esteve sob vários vieses políticos e metodológicos, mas quase sempre se apresentou como espaço de realização de demandas tanto do Estado, como da sociedade civil, nos respectivos períodos. Por possuir um caráter interdisciplinar, acompanha as mudanças não apenas sociais, mas também ambientais, através dos seus serviços e ações promovidas no âmbito da produção rural.

Uma Política que se destina a fortalecer a agricultura familiar e ajudar o Brasil a construir um modelo de desenvolvimento rural sustentável, com participação da cidadania, com inclusão social, com proteção ao meio ambiente e produção de alimentos saudáveis e acessíveis para todos (Caporal, 2007, p.147)

Diante da intensificação dos debates sobre mudanças climáticas, como parte das políticas públicas, que compõe o sistema de Ater¹¹, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), reivindica a relevância dos serviços de extensão rural, por sua abrangência estrutural, que abarca cerca de 80% dos municípios brasileiros, revelando “sua capacidade de atuar junto aos produtores rurais e impulsionar a adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis” (Asbraer, 2022, p. 2).

Apesar de inúmeros desafios enfrentados por este serviço, a Associação destaca a necessidade de fortalecer a rede prestadora de serviços, uso de metodologias participativas, integrar pesquisa e extensão e vincular a Ater com estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que contemplem, “além do viés econômico e social, as dimensões culturais, políticas, institucionais e ambientais”.

Neste contexto, a ATER, como importante instrumento de política pública para o meio rural, precisa estar estruturada para ser capaz de envolver a sociedade no processo de desenvolvimento, promovendo a inclusão da agricultura, com base em abordagens sistêmicas e multidisciplinares, valendo-se de métodos participativos (Asbraer, 2022, p. 34).

As organizações de ER além de estar trabalhando na construção de uma “agenda”, também debatem algumas iniciativas relacionadas à adaptação ou mitigação à mudança climática na agricultura. Estas iniciativas setoriais vão desde propostas de adaptação à

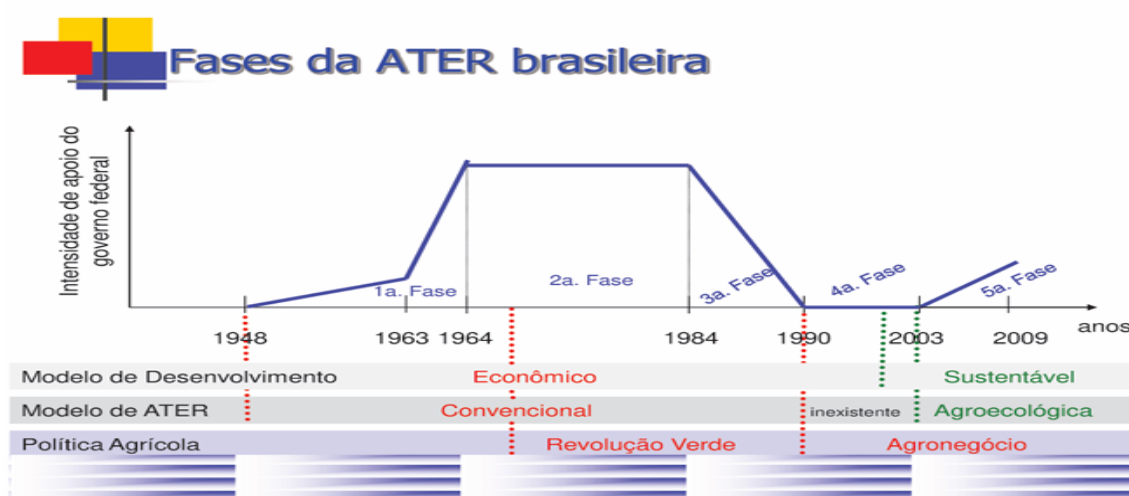
¹⁰Antes da criação das Acars, embrião das entidades estaduais hoje ainda existentes, houve muitas tentativas de instituição de serviços de Ater ao longo da primeira metade do século 20, mas existem poucos relatos e registros históricos ou oficiais dessas iniciativas (PEIXOTO, 2009; PETTAN, 2010).

¹¹No Brasil, o sistema de Ater, oficializado em meados dos anos 1970, já nasceu descentralizado no âmbito dos estados pela constituição de empresas estaduais de Ater (as empresas de assistência técnica e extensão rural – Emater), embora cofinanciadas pelo governo federal (Peixoto, 2009, p. 835)

mudança do clima que se integram a um arranjo institucional nacional estabelecido. Onde se pode encontrar diversas numerosas instituições públicas e privadas que direcionam esforços para atingir os compromissos assumidos junto à sociedade brasileira e internacional em prol do desenvolvimento sustentável, e um histórico de iniciativas contribui para os esforços de enfrentamento da mudança do clima (BRASIL, 2021, p. 06).

A figura abaixo demonstra de forma sintetiza a forma historiográfica, o caminho percorrido pelos serviços de Ater. Não obstante, desde que foi elaborado (Pettan, 2010), aliar produtividade e geração de renda com a proteção ambiental, assim como a transição agroecológica permanecem como questão não resolvida e desafiadora para os novos extensionistas.

Figura 1: Síntese das fases da ATER no Brasil entre os anos de 1948 a 2009



Fonte: Pettan (2010, p. 121)

O gráfico apresenta as diferentes fases da ATER no Brasil, desde 1948 até depois de 2009, mostra como o apoio do governo foi mudando ao longo do tempo. No começo o apoio era quase inexistente. Depois de 1964, com a Revolução Verde, a extensão rural ganhou força, mas focava num modelo bem convencional, baseado na lógica do agronegócio e da produtividade a qualquer custo. Esse apoio durou até os anos 80.

A partir de 1990, praticamente não havia política pública para ATER. Foi só em 2003 que começou uma tentativa de reconstrução mais sustentável. A fase mais recente da ATER, iniciada em 2009, representa um momento de inflexão, no qual a extensão rural brasileira passa a incorporar, de forma mais explícita, princípios do desenvolvimento sustentável e da agroecologia. No entanto, apesar dos avanços no campo normativo e do fortalecimento do discurso em torno dessa agenda, sua consolidação prática ainda enfrenta entraves significativos.

Ao longo dos últimos 15 anos, os esforços para transformar esse novo paradigma em ações efetivas têm sido limitados, sobretudo pela fragilidade dos mecanismos de financiamento e pela descontinuidade das políticas públicas. Trata-se de um período em que a ATER busca se afirmar como instrumento estratégico de transformação social no campo, mas que ainda convive com desafios estruturais herdados de modelos anteriores.

3.1 - Histórico do Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

A história da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, se inicia em meados de 1951, em um primeiro momento surgiu com o nome de Confederação Rural Brasileira - CRB¹², que era uma entidade mista, vinculada ao Ministério da Agricultura (Moreira, 2018). A CNA surgiu de fato, em um contexto de defesa da propriedade fundiária, de modo que, seu posicionamento contrário a uma reforma agrária distributivista está relacionado a uma demanda histórica de defesa da propriedade privada. Por este motivo a CNA, desde sua origem está ligada à representação de uma parcela da burguesia agrária, grandes fazendeiros e produtores rurais, ainda que seja composta por proprietários de terras com perfis heterogêneos (Pereira, 2023, p. 28).

Segundo Pereira (2023), foi durante a ditadura militar (1964-1985)¹³, que a CNA, antiga CRB, teve o melhor momento, com amplo acesso aos espaços de decisão do governo e, além disso, a entidade incorporou grande quantidade de filiados e de sindicatos e federações vinculadas à estrutura sindical. A questão da reforma agrária foi um dos elementos que levou a entidade a romper com o governo de João Goulart. Para a CNA, a concentração fundiária não era vista como um problema no campo, de modo que a política agrícola deveria voltar-se para a inserção de inovações e tecnologias. A demanda, de fato, foi atendida com o processo de formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e a modernização conservadora (Pereira, 2023).

As principais disputas em que a CNA esteve envolvida nesta área foram relativas às legislações sobre demarcações de unidades de conservação, as reservas ambientais, a criação de agências que dispõem sobre a utilização e comércio de organismos geneticamente modificados e sua regulamentação, o desmatamento da Floresta Amazônica e modificações do Código Florestal de 1965 (BRASIL, 2016, p. 10). Os oponentes identificados na questão ambiental pela entidade são os “interesses da concorrência internacional”, que atua financiando ONGs nacionais e internacionais para obstruir o desenvolvimento e a produção da agropecuária brasileira.

Historicamente, as principais formas de atuação da CNA¹⁴ em relação às questões ambientais envolveram a presença da entidade no Congresso Nacional com o monitoramento das legislações de interesse da entidade, assessoramento e propostas de pauta por parte de sua Comissão de Assuntos Parlamentares, o lobby legislativo e a atuação de dirigentes da entidades que ocuparam cargos no Parlamento (Moreira, 2018).

Sobre a questão ambiental, a CNA, sempre buscou construir a imagem de um produtor rural sobrecarregado e ameaçado pelas obrigações legais de preservação do meio ambiente e buscou incorporar o sentido de sustentabilidade à imagem do produtor rural, entendendo-a como um serviço ambiental.

Nesse sentido, desde que se estabeleceu o dever de proteção na C.F./88, até os dias atuais, os ruralistas se mobilizam para que estes “serviços” de proteção ambiental, nas propriedades privadas, sejam remunerados diretamente pelo Estado ou em forma de concessão de outros benefícios e isenções. “Na retórica da assessoria patronal, ser moderno seria instituir

¹²A Confederação Rural Brasileira - CRB, foi criada com o intuito de "auxiliar os órgãos do Governo Federal na elaboração de políticas públicas voltadas para a agricultura e representar oficialmente o conjunto do setor agrícola no Brasil" (MOREIRA, 2018, p. 32).

¹³O período de Ditadura Militar no Brasil teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart e durou 21 anos (1964-1985), estabelecendo censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime, este momento histórico brasileiro foi representado por um regime autoritário.

¹⁴A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA também atuou em conselhos e comitês consultivos e deliberativos relativos a questões ambientais e promoveu campanhas junto aos seus filiados buscando a difusão de informações sobre as legislações ambientais. As organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas nacionais e internacionais são consideradas pela CNA os principais oponentes na questão ambiental. A entidade seguiu uma lógica de qualificação das ONGs ambientalistas como organizações que ocultam interesses internacionais com a finalidade de criar empecilhos para a produtividade e competitividade da agropecuária brasileira através da realização de pressão nos governos para a criação de legislações que provoquem impedimentos para a produção de pequenos, médios e grandes proprietários de terra e empresas agroindustriais (TAVARES, 2012, p.147-8).

compensações financeiras aos proprietários rurais pelas restrições ao uso da terra decorrentes da aplicação da legislação ambiental” (Tavares, 2012, p. 142).

3.2 - O Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

O Sistema CNA é composto por três instituições que se interligam e se retroalimentam entre si, são elas a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e Instituto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - ICNA. Nesta configuração, cada um dos componentes da estrutura cumpre um papel importante, seja no planejamento estratégico, seja na execução de políticas públicas que beneficiem os interesses de quem compõe o grupo do “agronegócio”, a partir de uma leitura elaborada por uma elite deste grupo.

Integram o Sistema CNA 27 federações de agricultura e pecuária, que atuam nos Estados e no Distrito Federal, e mais de dois mil sindicatos rurais, responsáveis pelas ações de apoio direto aos produtores rurais nos municípios (CNA, 2025). As Federações da Agricultura e Pecuária atendem os Estados e representam os sindicatos rurais (patronais), que por sua vez, desenvolvem ações diretas de apoio ao produtor rural, buscando soluções para os problemas locais.

O Sistema CNA¹⁵ tem como propósito garantir uma representatividade ampla e uma comunicação eficaz entre as diversas camadas do setor. A CNA também apoia a geração de novas tecnologias que possam auxiliar o produtor no plantio e manejo e a criação de agroindústrias responsáveis por aumentar a produtividade rural. Outra grande iniciativa da entidade é a cooperação e apoio aos programas regionais de desenvolvimento agrícola, especialmente aqueles que se destinam a reduzir as desigualdades geoeconômicas em todos os Estados brasileiros (CNA, 2025).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA é uma entidade sindical patronal responsável pela representação dos produtores rurais brasileiros de pequeno, médio e grande portes. São mais de 5 milhões de produtores rurais comerciais brasileiros, de pequeno, médio e grande portes e de variados ramos de atividade, representados por este sindicato. A CNA também defende os interesses dos produtores junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário, nos quais dificilmente um produtor, sozinho, conseguiria obter respostas para as suas demandas (CNA, 2025). Destaca-se a missão, visão e valores da CNA.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, faz parte do Sistema CNA e atua como um instrumento para Formação Profissional Rural e Promoção Social e qualidade de vida de homens e mulheres do campo (CNA, 2025). O Instituto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, desenvolve estudos e pesquisas na área social e no agronegócio (CNA, 2025).

Para que esta estrutura seja operada é necessário que exista a integração entre sindicatos e federações estaduais e locais, formando a CNA em uma robusta organização a nível nacional, garantindo que as demandas regionais dos produtores rurais sejam ouvidas e consideradas nas decisões nacionais. A atuação da diretoria executiva e das assessorias

¹⁵No estatuto do Sistema CNA, consta que o seus objetivos são: I) coordenar, promover o desenvolvimento, a defesa e a proteção da categoria econômica de que se trata o cap. do art. 1º e representá-la legalmente e II) representar, organizar e fortalecer os produtores rurais brasileiros, defender seus direitos e interesse promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agropecuário (CNA, 2015, p. 02). O objetivo do Sistema é congrega associações e lideranças políticas e rurais em todo o país, com a missão de representar, organizar e fortalecer os produtores rurais brasileiros. Defende, também, seus direitos e interesses, promovendo o desenvolvimento econômico e social do setor agropecuário. Para tudo isso se tornar realidade, a CNA congrega associações e lideranças rurais e participa, de forma ativa e permanente, das discussões e decisões sobre a política nacional agrícola. Já a visão da CNA é ser reconhecida como referência institucional de excelência que contribua para que os produtores e trabalhadores rurais brasileiros sejam exemplos mundiais em produção agropecuária sustentável e inovadora. E, por fim, a CNA tem como valores as seguintes características: Ética; Responsabilidade social, econômica e ambiental; Transparência; Inovação; Credibilidade (CNA, 2025).

também possibilita uma maior especialização nas questões que envolvem a política agrícola, inovação e relações institucionais.

3.3 - Posicionamento atual do Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

A perspectiva do Sistema CNA em relação às mudanças climáticas desde de sua criação é de que a agropecuária deve se adaptar e mitigar os impactos das alterações climáticas. Essa visão se reflete em várias ações e propostas que visam promover *práticas sustentáveis*¹⁶ no setor agropecuário.

O Sistema CNA abriga uma comissão interna, chamada de Comissão Nacional do Meio Ambiente, que tem como foco a busca para alcançar o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias no Brasil, aliando a necessidade de garantir a segurança alimentar com a eficiência do uso dos recursos naturais, da preservação da biodiversidade, das florestas e demais vegetações nativas, do emprego de meios de produção baseados em tecnologias mais eficientes em produtividade com resultados em mitigação dos efeitos ao meio ambiente e adaptadas aos novos desafios da produção agropecuária. Com transparência, a propriedade rural brasileira agrega o valor da sustentabilidade, promovendo o crescimento econômico, ambiental e social do Brasil (CNA, 2025).

A atuação desta comissão está descrita em 9 ações: I) Promover, desenvolver e utilizar tecnologias de boas práticas agrícolas e ambientais; II) Garantir a regularização ambiental da propriedade rural; III) Reconhecer, valorar e precificar os ativos ambientais; IV) Promover a mitigação dos efeitos adversos do clima assim como a adaptação ao clima; V) Combater as barreiras comerciais não tarifárias de cunho ambiental; Induzir e apoiar estudos e pesquisas sobre a relação entre agropecuária e meio ambiente; VI) Fortalecer a comunicação do sistema CNA e melhorar a imagem do setor agropecuário; VII) Garantir a compensação financeira ao produtor rural pelos serviços ecossistêmicos prestados; VIII) Minimizar a ingerência internacional contra o desenvolvimento do agronegócio; IX) Contribuir para que a legislação ambiental seja eficiente e condizente com a realidade do produtor (CNA, 2015, p. 02 -03).

3.4 - Tipos de materiais produzidos pelo Sistema CNA, na temática de crise climáticas

O Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, defende que as suas reivindicações estão embasadas cientificamente, afirmando o seu discurso através da encomenda de diversas pesquisas; destaca-se quando a entidade encomendou ao Vox Populi, em 2002, uma pesquisa na qual buscava construir uma imagem do produtor rural atento às questões ambientais. Segundo a CNA, a pesquisa constatou “um alto nível de consciência do produtor rural sobre a importância da conservação ambiental no campo e o reconhecimento de que têm responsabilidades intransferíveis quanto à conservação do meio ambiente”, mas contestam “os atuais níveis de restrições ambientais”, que consideram prejudicar “a viabilidade econômica da atividade rural” e para contornar a situação defende uma política de compensação “pelas limitações impostas ao uso da propriedade rural” e “pelos serviços que prestam” (CNA, 2025).

¹⁶A Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, compreende que as práticas sustentáveis a partir da perspectiva da CNA é uma abordagem integrada que busca equilibrar a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico do setor e a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas no agro. A Comissão Nacional do Meio Ambiente da CNA, entende que a sustentabilidade está relacionada com a busca em alcançar o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias no Brasil, aliando a necessidade de garantir a segurança alimentar com a eficiência do uso dos recursos naturais, da preservação da biodiversidade, das florestas e demais vegetações nativas, do emprego de meios de produção baseados em tecnologias mais eficientes em produtividade com resultados em mitigação dos efeitos ao meio ambiente e adaptadas aos novos desafios da produção agropecuária. Através da transparência, a propriedade rural brasileira agregando o valor da sustentabilidade, promovendo o crescimento econômico, ambiental e social do Brasil (CNA, 2024).

Ao longo dos anos de 2016 e 2024, a CNA produziu diversas matérias sobre as mudanças climáticas. Os materiais são organizados da seguinte forma: artigo; artigo técnico, publicado; documento de posicionamento; pesquisa; e estudos. Estes materiais são encontrados dentro do acervo do Sistema CNA, esta área está relacionada à Comissão Nacional do Meio Ambiente ligada a CNA. Abaixo é possível observar a tabela Materiais produzidos pela CNA entre 2016 e 2024, em que é abordado os tipos de materiais produzidos pela CNA e os anos que estes materiais foram produzidos.

Ao analisar as produção de matérias que foram produzidas pelo CNA sobre mudanças climáticas, entre os anos de 2016 e 2024, se observa um grande engajamento no ano de 2016, com intensa produção acadêmica e técnica, possivelmente devido aos debates climáticos importantes no Brasil e no mundo. Entretanto, a natureza dos materiais passaram a ser modificados ao longo dos anos, demonstrando que as mudanças nos posicionamentos da CNA estão sendo alinhados ao um discurso de construção de uma agenda global, com relação aos temas climáticos.

O Gráfico 1: Evolução da produção de matérias sobre crise climática pela CNA, demonstra que a partir de 2022, houve uma retomada tímida na construção de materiais sobre as mudanças climáticas por parte da CNA. Entretanto esta retomada por parte da CNA, se apresenta, por conta de que as discussões sobre as mudanças climáticas passaram a ganhar força a partir de 2022 através de documentos técnicos e de posicionamento, incluindo novamente a CNA dentro do debate climáticos, especialmente na COP 29 e COP 30.

Gráfico 1: Evolução da produção de matérias sobre crise climática pela CNA.



Fonte: Autoria Própria, 2025.

É possível observar que a retomada pela agenda climática, vem ganhando “corpo”, e vem incluindo novamente a CNA dentro dos debates climáticos, especialmente nas COP 29 e 30. Os materiais produzidos pela CNA, depois de 2022 tem uma particularidade de documentos técnicos e de posicionamento, o que pode indicar um novo interesse no tema. Ao bem diferente dos primeiros anos (2016-2018), onde a instituição se concentrou em produzir apenas artigos e estudos. Destaca-se que no período entre foram os formatos mais comuns, mas não aparecem mais após 2018. No período entre os anos de 2020 e 2021, a temática

dentro da CNA, quase não apareceu como sendo algo relevante, tendo em vista que não foi produzido nenhum material durante estes dois anos.

3.5 -Carta de posicionamento do Sistema CNA

Em 09 de outubro de 2024, o Sistema CNA, através de um evento organizado é um documento escrito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apresentou para sociedade civil, seus associados e para autoridades, o posicionamento do setor agropecuário brasileiro para a 29ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 29¹⁷) através de uma carta, com os seguintes conteúdos: Agricultura no acordo do clima; Meios de implementação; Meta global de adaptação; Transparência e metodologias; Mercado de carbono; Programa de trabalho dos Emirados Árabes sobre transição justa; Caminho até a COP 30 e o papel do Brasil.

O documento foi apresentado pelo presidente da CNA, João Martins, para às autoridades, incluindo Rashad Novruz, Embaixadora do Azerbaijão no Brasil, Silvia Massruhá, Presidente da EMBRAPA; Marco Túlio Scarpelli Cabral, Chefe do Gabinete da Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; e Marussa Boldrin, Deputada Federal e representante do Grupo Parlamentar da Agricultura. O presidente em seu discurso afirmou que:

“O setor do agronegócio não é apenas o mais afetado por eventos extremos, mas também oferece soluções para os desafios climáticos, aumentando o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar.” Neste sentido, ele solicitou que sejam criadas estratégias transparentes para o Brasil cumprir suas ambiciosas metas de redução de emissões e destacou que o papel da agricultura brasileira é fundamental nos esforços de mitigação e adaptação” (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2024, página eletrônica).

A CNA enfatiza que o agronegócio faz parte da solução para os desafios climáticos, posiciona seus argumentos envolvendo agropecuária na resolução de problemas climáticos e também defende que é extremamente importante um financiamento robusto em ações que tem como objetivo o fortalecimento da adaptação, mitigação e transparência.

Este posicionamento se intensificou com a COP 29 e a organização está trabalhando na construção de um caminho sólido para a COP 30, que será realizada no Brasil em 2025. O documento de posição da CNA destaca questões a serem discutidas na COP 29, que são cruciais para aprimorar as ações para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, no documento é possível verificar que o grupo de trabalho Sharm el-Sheikh (criado na COP 27) tem trabalhado na consolidação do agronegócio brasileiro como parte da solução para os desafios climáticos, além de desenvolver um portal on-line para projetos agrícolas e de segurança alimentar.

A CNA através de Carta de posicionamento que foi discutida antes da COP 29, defende que seja implementado uma meta de catarse coletivo, incorporando nas suas práticas e discursos ações que englobe a qualificação e implementar de projetos que tenha como foco a mitigação; adaptação; perdas e danos; transferência de tecnologia; e transparência. Abaixo

¹⁷A 29ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP 29. Essa conferência é um evento internacional que reúne os países signatários (200 nações) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) com o objetivo de discutir e negociar ações para enfrentar as mudanças climáticas globais. Estiveram presentes no evento líderes mundiais, representantes de governos, empresários e ativistas que se reuniram em Baku, no Azerbaijão, onde, durante duas semanas (11 e 22 de novembro de 2024), tratarão sobre o futuro do planeta frente às alterações climáticas que se tornaram realidade no Brasil e no mundo. O palco dessas discussões é a 29ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 29), que entre as principais pautas que foram tratadas, destaca-se o financiamento climático e a transição energética (BRASIL, 2024).

na “figuras 2: Oito pontos principais defendidos no *Position Paper* da CNA” é possível observar os principais pontos defendidos pela organização e que a mesma julga ser central para a mitigação, adaptação do setor do agronegócio brasileiro com relação aos eventos climáticos no Brasil e no mundo.

A CNA acredita que assim assume um posicionamento proativo, defendendo que o “agro” brasileiro é uma importante ferramenta na construção de parte da solução climática e reivindica que é necessário os devido reconhecimento e financiamento. Outro ponto destacado pela CNA é a disponibilidade de recursos financeiros de países desenvolvidos é primordial para que seja possível ações eficientes do ponto de vista das crises climáticas, pois apenas os países em desenvolvimento não conseguem executar as suas ações climáticas com recursos próprios. Conforme mostrado na figura 2, ao longo da carta são discutidos oito pontos centrais para o enfrentamento da crise climáticas.

Primeiro Ponto - Financiamento da Ação climática (Novo Global Quantificado): Os financiamentos da ação do clima necessitam de um aumento nos investimentos climáticos, pois só assim é possível enfrentar a falta de investimentos das nações desenvolvidas em cumprir com o compromisso de garantir por ano cerca de \$100 bilhões. Neste sentido é urgente a necessidade da criação de uma meta global que garanta o financiamento de medidas de mitigação, adaptação e perdas e danos, permitindo que os países em desenvolvimento atinjam suas metas climáticas.

Segundo Ponto - Plano ABC + (Agricultura de Baixo Carbono) : É fundamental que se tenha um plano bem definido para a agricultura de baixo carbono, buscando dar conta de algum plano neste sentido, surge como possibilidade o Plano ABC +, que se apresenta como uma política pública a nível nacional e que tem o papel de impulsionar as práticas agrícolas que tenha baixa emissão de carbono no Brasil. A CNA propõe que estas ações do Brasil, demonstram que no âmbito deste plano sejam inseridas discussões internacionais sobre uma agricultura sustentável, aumentando a redução de emissões e melhorando a resiliência dos sistemas agrícolas em todo o mundo - Plano ABC +.

Terceiro Ponto - Sharm El-Sheikh Grupo de Ação Climática (Agricultura e Segurança Alimentar) : A CNA enfatiza que é de vital importância as discussões globais sobre segurança alimentar, particularmente em regiões vulneráveis às mudanças climáticas. A confederação entende que a experiência do grupo Sharm El-Sheikh enfatiza a necessidade de incorporar na agricultura, elementos que integrem a adaptação climática e a segurança alimentar, fazendo que estas duas demandas sejam questões centrais para reconhecer o verdadeiro papel da agricultura na consolidação dos objetivos climáticos por meio de ações de mitigação, adaptação.

Quarto Ponto - Mercado de Carbono (Transferências Internacionais de Resultados de Mitigação - ITMOs) : O Mercado de Carbono (Transferências Internacionais de Resultados de Mitigação - ITMOs) é um outro ponto que foi levantado pela CNA, está no fato de que o Brasil deveria se apresentar como uma liderança na criação de acordos bilaterais e multilaterais na busca por crédito de carbono, particularmente em setores como agricultura, silvicultura e uso da terra. Através destes acordos garantir que os resultados de mitigação das práticas agrícolas sustentáveis sejam elegíveis para o comércio de carbono nos termos do artigo 6 do Acordo de Paris.

Quinto Ponto - Contribuições Nacionalmente Determinadas : Para a CNA, as *Contribuições Nacionalmente Determinadas* devem ser alocadas no centro da estratégia climática e é primordial que o setor agrícola assuma o protagonismo para confecção de metas climáticas ambiciosas, afinal de contas a mudança climática, é uma questão que já passou do ponto de alerta da comunidade científica para que se viva sem suas graves consequências. A CNA apoia a revisão e melhoria das NDCs para fortalecer seu alinhamento com os esforços

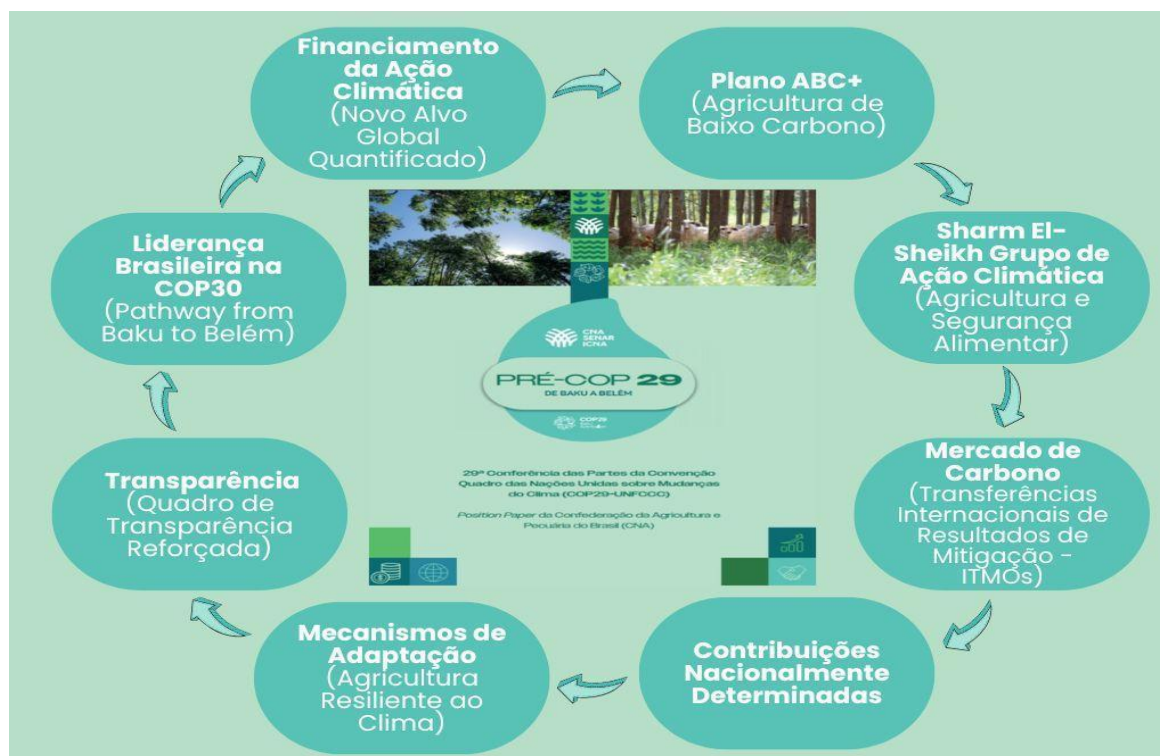
globais para limitar o aquecimento global a 1,5°C, particularmente à medida que o Brasil se prepara para a COP 30.

Sexto Ponto - Mecanismo de Adaptação (Agricultura Resiliente ao Clima) : Na concepção da CNA, o mecanismo de adaptação (Agricultura Resiliente ao Clima) existe a necessidade de uma espécie de financiamento climático e de um plano de transferência de tecnologia que tem como foco apoio para a adaptação agrícola. Os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos, energia renováveis e biomassas, depende de ações urgentes para que seja possível garantir a resiliência dos sistemas agrícolas, principalmente nas regiões tropicais do Brasil.

Sétimo Ponto - Transparência (Quadro de transparência) : Quanto maior a transparência das ações pretendidas, melhor o engajamento dos diversos atores na resolução da problemática, neste sentido é fundamental garantir a confiabilidade das ações climáticas do Brasil, por isso a CNA defende o fortalecimento da capacidade do país de preparar inventários precisos de emissões. Esses inventários acabam sendo essenciais para o acompanhamento do progresso de mitigação e do sequestro de carbono na agricultura, garantindo que as ações da Brazilitis sejam devidamente contabilizadas no âmbito do Quadro de Transparência Aprimorado do Acordo de Paris.

Oitavo Ponto - Liderança Brasilirantes na COP 30 (Pathway from Baku to Belém) : Por fim, o último posicionamento do CNA, caminha para um olhar atento para a COP 30 que será realizada no Brasil em 2025. Por isso a CNA enfatiza que o Brasil deve se colocar como uma liderança na promoção de práticas agrícolas e energéticas sustentáveis. O papel do país como líder global em agricultura de baixo carbono e energia renovável será apresentado como parte de sua estratégia mais ampla para enfrentamento das mudanças climáticas e impulsionar a cooperação internacional.

Figura 2 : Oito pontos principais defendidos no *Position Paper* da CNA



Fonte: Autoria Própria, 2025.

Na carta de posicionamentos do Sistema CNA é possível verificar os principais desafios, que são descritos nesta carta, a seguir são elencados ao menos sete pontos principais:

a) No *primeiro ponto destacado pela carta de "Position Paper da CNA"*, se observa uma descrição de questões ligadas à agricultura no acordo do clima, e tem como propósito detalhar as questões relacionadas ao posicionamento da CNA, com relação ao tema. Neste tópico, a CNA, defende que a Agricultura no acordo do clima, está sendo colocada como estratégica, principalmente nas Contribuições nacionalmente determinadas e o Grupo Sharm El-Sheikh, tem papel fundamental na agricultura e na segurança alimentar na agenda climática. A CNA tem buscado realizar a inscrição do Plano ABC+, como uma política oficial brasileira; Criar e operar um portal como *Sharm El-Sheikh*, que facilita o compartilhamento de ações climáticas espalhadas pelo mundo; trabalhar firme a conscientização e reconhecimento das tecnologias de baixa emissão e de adaptação do agro brasileiro; b)

b) No *segundo ponto destacado pela carta de "Position Paper da CNA"*, se observa uma descrição de questões ligadas ao financiamento climático, e tem como propósito detalhar as questões relacionadas ao posicionamento da CNA, com relação ao tema. A CNA, enfatiza que o financiamento climático é um ponto estratégico para que as ações saiam do papel e de fato se efetivem como ações práticas. A CNA destaca o descumprimento da meta dos 100 bilhões anuais, prometidos pelos países desenvolvidos e reforça a necessidade de diversificar fontes de financiamento, incluindo bancos multilaterais e setor privado. Para a CNA é necessário uma meta coletiva qualificada com foco nos seguintes elementos: i) mitigação; ii) adaptação; iii) perdas e danos; iv) transferência de tecnologia; v) transparência.

c) No *terceiro ponto destacado pela carta de "Position Paper da CNA"*, se observa uma descrição de questões ligadas à meta global de adaptação. Neste ponto a CNA é enfática ao afirmar que a agricultura é o ponto chave da adaptação, devido aos inúmeros impactos de eventos extremos. Neste sentido é urgente que seja definido e colocado em prática uma meta global de adaptação às mudanças climáticas. Para a CNA é fundamental que inclua a agropecuária nos indicadores de adaptação, é urgente a atualização do Plano de adaptação da agropecuária e por fim conscientizar e reconhecer a adoção de boas práticas produtivas e de conservação ambiental.

d) No *quarto ponto destacado pela carta de "Position Paper da CNA"*, são descritas questões ligadas à transparência e à metodologia. Neste ponto a CNA, defende na carta de posicionamento da COP 29, a importância do Relatório de Transparência Bienal (BTR) que deveria ter sido finalizado até o ano de 2024. A CNA propõe que para superar problemáticas com relação transparência e metodologia é necessário que seja possível mensurar as emissões e remoção de carbono na agropecuária tropical e importante o fortalecimento da capacidade técnica e de financiamento para o setor agropecuário.

e) O *quinto ponto destacado pela carta de "Position Paper da CNA"*, comporta uma descrição de questões ligadas ao mercado de carbono. A CNA, defende a importância do Relatório de Transparência Bienal (BTR) que deveria ter sido finalizado até o ano de 2024. A CNA propõe que para superar problemáticas com relação transparência e metodologia é necessário que seja possível mensurar as emissões e remoção de carbono na agropecuária tropical e importante o fortalecimento da capacidade técnica e de financiamento para o setor agropecuário. Logo a CNA entende que o mercado de carbono é um outro ponto estratégico, e defende a participação da agropecuária e da bioenergia nos mecanismos de carbono, integrando o mecanismo nacional e internacional de bioenergia, levando em consideração o uso de créditos florestais e agrícolas.

f) O *sexto ponto destacado pela carta de "Position Paper da CNA"*, aborda questões ligadas a uma transição justa, em um período de mudanças climáticas. Para a CNA, é imprescindível o apoio às práticas sustentáveis. A Proposta da CNA, para colocar em prática

esta ação está em: Apostar na integração lavoura-pecuária-floresta; apostar em uma agricultura regenerativa; Utilizar de forma eficiente a água e o solo; e eliminar o uso do fogo na agricultura e na pecuária.

g) No *Sétimo ponto destacado pela carta de “Position Paper da CNA”*, é abordado possíveis caminhos para para a COP 30, que será realizado no Brasil, e qual o papel e os desafios do país para este grande congresso que será realizado no ano de 2025. A CNA entende que são necessárias quatro elementos para que seja possível o sucesso da COP 30, são eles: Uma nova meta de financiamento; Andamento do Grupo de Sharm El-Sheikh; O avanço do mercado de carbono no Brasil e no Mundo; Monitoramento de acordos e declarações políticas públicas. Logo, para que isso seja possível, o Brasil tem como “lição de casa” consolidar entre a COP 29 e COP 30 uma nova NDC com uma ampla participação do setor do agronegócio; O Brasil precisa assumir o papel de liderar soluções energéticas renováveis e agrícolas de baixo carbono; E, por fim, mas não menos importante, é fundamental que o Brasil se posicione mundialmente como referência global em segurança alimentar e energética.

3.6 Ações de Extensão Rural : O Caso da CNA

Com a finalidade de analisar as ações de Ater realizadas sob a direção do sistema CNA, foram feitas buscas por informação, na plataforma da entidade. Observou-se que as ações de extensão rural dentro do sistema CNA são planejadas e executadas pelo SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural), através do programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), criado no ano 2013, visando: “melhoria dos processos produtivos, da qualidade de vida e da renda das famílias rurais” (Senar, 2025).

O objetivo do serviço de assistência técnica e gerencial é, segundo o site do SENAR¹⁸, “contribuir para a evolução socioeconômica dos produtores, das famílias e da comunidade rural, além de promover a disseminação de tecnologias e práticas gerenciais para a produção de alimentos com respeito ao meio ambiente”.

O serviço é garantido pelo acompanhamento técnico, com visitas mensais, por 24 meses, processo no qual são executadas cinco ações/passos: a) realização de diagnóstico produtivo de cada propriedade; b) planejamento de metas para o acompanhamento; c) adequação tecnológica - execução das orientações do técnico; d) capacitação profissional complementar/treinamento prático; e) avaliação sistemática de resultados.

Segundo o próprio site, em 2024, foram atendidas 400 mil famílias de produtores, sendo mais de 80% pequenas propriedades rurais. Algumas cadeias como bovinocultura de leite (23,6%), bovinocultura de corte (14,4%), fruticultura (12,9%), olericultura (12,5%) e apicultura (8,9%) se destacam pelo percentual de produtores atendidos. Apenas em 2024, os resultados da ATeG apresentaram aumento na rentabilidade do produtor, sendo 24,5% na margem bruta e 35,85% na renda total após a conclusão do ciclo de dois anos de atendimento¹⁹.

A análise do documento que orienta o programa ATeG, elaborado pelo Senar (2022), encontrou que o programa possui um enfoque educativo e difusionista, oferecendo assistência técnica e consultoria aos produtores rurais. Por sua vez, o programa ressalta que a extensão rural é um processo continuado e participativo, por isso considera o diálogo, as condições e as características próprias de cada propriedade, sendo que os produtores são ativos em todo o processo.

¹⁸Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assistencia-tecnica-e-gerencial> Acesso em: 27 de mar.2025.

¹⁹Dados coletados no site do Senar, disponíveis em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/assistencia-tecnica-e-gerencial-do-senar-alcanca-marca-historica-de-400-mil-atendimentos>. Acesso em Mar. 2025.

O documento ressalta estar em consonância com a PNATER, sendo que a assistência técnica oferecida pela entidade procura atualizar-se constantemente, seguindo o modelo de desenvolvimento sustentável. Superando o foco tecnicista, privilegia as relações interpessoais e a capacitação. Seu objetivo é a maximização dos lucros e a eficiência no uso dos recursos, com responsabilidade ambiental, social e de governança (Senar/DATeG, 2022).

Nesse sentido, existe preocupação pelas garantias dos produtores quando se trata de temas relacionados com as emergências climáticas: “para auxiliar agricultores e pecuaristas na chamada resiliência climática, o Senar busca novos parceiros nacionais e internacionais e desenvolve ações, programas e projetos voltados para a sustentabilidade” (*Idem*, p. 10).

A seguir é possível observar no quadro 1: “Atividades realizadas pelo Programa ATeG”, as ações que foram realizadas pelo Programa ATeG, demonstrando a atuação da ER no enfrentamento das mudanças climáticas.

Quadro 1: Atividades realizadas pelo Programa ATeG

Descrição	Período	Quantidade
Propriedades atendidas	2014 - 2024	362.259
Propriedades atendidas	2024	158.550
Novas propriedades atendidas	2024	48.766
Visitas realizadas	2014 - 2024	4.700000
Visitas realizadas	2024	976.330
Capacitação em formações ofertadas pela ATEG	-	2.147
Equipe de profissionais em campo nos estados	Técnicos	6.684
	Supervisores	549
	Coordenadores estaduais	27

Fonte: Senar, 2025. <https://www.cnabrazil.org.br/senar>.

Segundo informações que são retratadas pela CNA, o quadro 01 demonstra que houve uma ampliação significativa das ações do Programa ATeG, especialmente em 2024, tanto no número de propriedades atendidas quanto em visitas técnicas. Além disso, o número expressivo de técnicos e supervisores demonstra uma estrutura sólida de apoio técnico rural. Por fim, se observa também que o programa se destaca como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a modernização do campo brasileiro, sobretudo frente aos desafios da crise climática e da produção eficiente.

5. Considerações Finais

A Extensão Rural e as crises climáticas²⁰ estão profundamente interligadas, inclusive no contexto da CNA e da agricultura no Brasil, inseridas nos processos de discussão de uma ER que tem papel fundamental na adaptação da agricultura às crises climáticas. Nesse sentido, a CNA, como representante do setor agrícola (patronal), promove ações e iniciativas

²⁰As **crises climáticas** podem ser compreendidas como secas prolongadas, chuvas excessivas, aumento de temperatura, entre outros fenômenos que têm impactado fortemente a agricultura. A variabilidade climática altera os ciclos agrícolas, afeta a produção de alimentos e pode provocar perdas significativas para os agricultores, principalmente para os pequenos produtores.

de capacitação para mitigar os efeitos das mudanças climáticas sobre os resultados da produção agrícola, em detrimento de ações que realmente protejam e respeitem os ecossistemas naturais.

Adquirindo papel ativo na elaboração de estratégias de adaptação à mudança do clima na agropecuária brasileira, junto ao Governo Federal, a lógica de suas ações enfatiza que o agronegócio faz parte da solução para os desafios climáticos; posiciona seus argumentos envolvendo agropecuária na resolução de problemas e também defende que é extremamente importante um financiamento robusto em ações que tem como objetivo o fortalecimento da adaptação, mitigação e transparência.

Suas ações, coordenadas em todos os estados da federação, respaldadas por um forte *lobby* no Congresso, pressionam modificações na legislação ambiental, relacionadas com garantias para a produção agropecuária e florestal. Articulada com Corporações Internacionais, conseguiu, em 2024, atrasar em um ano a aplicação de legislação da União Europeia que proibia a seus Estados importar commodities produzidas sobre áreas desmatadas.

Em relação às ações de Extensão Rural da CNA/SENAR, as mesmas estão direcionadas, especialmente, à capacitação e adequação tecnológica dos produtores rurais, impactados por eventos extremos, consequências do aquecimento global. Pois uma das prioridades da entidade, através das ações do programa de extensão rural e gerencial, é garantir a viabilidade econômica dos produtores rurais, com incentivo ao uso de tecnologias de alto custo, sobretudo sementes modificadas, produtos transgênicos mais resistentes ao calor extremo e, em menor grau, incentivo a tecnologias mais acessíveis, como o plantio direto na palha ou a arborização e manejo do mato.

O presente estudo evidenciou o poder que a CNA, articulada às grandes corporações do setor produtivo agropecuário adquiriram na agenda global sobre desenvolvimento e sustentabilidade, controlando e atuando para direcionar, segundo seus princípios e interesses, as ações dos Estados e suas políticas públicas, entre as quais, a capacitação e financiamento de atividades de extensão rural.

Observou-se que a preocupação com as mudanças climáticas, expressadas pela CNA em seus documentos analisados, se refere menos ao papel da entidade na proteção e conservação de ambientes naturais para a mitigação dos efeitos extremos do clima, ou a ações efetivas para a mudança no modelo de produção agropecuária dominante atualmente. E mais na reivindicação de que as ações de desenvolvimento sustentável realizadas pelos produtores, como: Sistema Plantio Direto, integração lavoura-pecuária-floresta, aplicação do Código Florestal, recuperação de APPs e manutenção de reserva legal (ativo ambiental), evitar caça ilegal, entre outras, sejam reconhecidas como uso de emprego verde, que tem um preço para o produtor, e deve ser compensado com políticas de incentivo para produtores que adotem estas práticas sustentáveis.

Nesse sentido, conclui-se que as ações de extensão rural, realizadas pelo Senar/ATeG, visam a preparação dos produtores rurais para enfrentar as crises climáticas, sem maiores perdas sobre a produção agropecuária. Assim como, conscientizá-los de que suas ações de proteção ambiental no interior das propriedades rurais é um serviço, que supõe perdas econômicas e, portanto, deve ser remunerado.

Neste trabalho, não foi realizada uma análise estatística sobre a efetiva contribuição dos posicionamentos e ações da CNA para a sustentabilidade ambiental, no entanto, foi possível concluir, a partir da análise do conjunto das fontes consultadas, tanto bibliográficas como no site da CNA/Senar, que a Confederação representa os interesses econômicos dos produtores rurais, entendendo a Natureza como um recurso disponível, mas limitado, com o qual se pode suprir a partir de inovações tecnológicas.

Portanto, os autores pretendem seguir as reflexões do presente estudo, com a intenção de publicação em alguma revista, pois acreditam que o tema amerita uma análise sobre o grau dos impactos da assistência técnica e extensão rural, promovida pelo Sistema CNA, na resiliência climática.

6. Referências

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER. **Uma proposta inovadora para a ATER brasileira**. Síntese das discussões travadas pelas instituições vinculadas à Asbraer. Proposta apresentada na 61ª Assembleia Geral Ordinária, Goiás, 2022.

AGROBR. **Agricultores brasileiros lançam documento de posição para a COP 29**. Disponível em: https://agrobr.org/noticias/agricultores-brasileiros-lancam-documento-de-posicao-para-a-cop29?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 10 fev. 2025.

BOEHM, Sophie; SCHUMER, Clea. **10 Conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023**. Artigo, 2023, WRI Brasil. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023> Acesso em: 28 mar. 2025

BORSATTO, Ricardo Serra; THOMSON, Carolina Rios; RIGA, Helena Lelli; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo? Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 22, n. especial, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20283> . Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL - Governo federal. **Agenda 2030 - ONU 2015**. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento. **Estratégias de adaptação às mudanças do clima dos sistemas agropecuários brasileiro**. Eleneide Doff Sotta, Fernanda Garcia Sampaio, Kátia Marzall, William Goulart da Silva (organizadores). Brasília: MAPA/SENAR, 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Estratégia de adaptação à mudança do clima para a agropecuária brasileira** / Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/SDI, 2023

CAPORAL, Francisco Roberto (coord.) **Extensão Rural e Agroecologia** : temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília : MDA, 2007. 398 p.

COBB, Rogers. W.; ELDER, Charles. D. **Participation in American politics: the dynamics of agenda - building**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983 - 196 páginas.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **Estatuto**. Brasília - DF. 2015. Disponível em : https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/estatuto_cna.pdf . Acesso em 22 dez. 2024.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **Carta de Posicionamento COP 29**. Brasília - DF. 2024. Disponível em : <https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/pdf/carta-posicionamento-COP-29-justificado.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2025.

EDUARDO, Alison Fernando.; DALBIANCO, Vinícius Piccin; OLIVEIRA, Nadia Rosana Fernandes de. **Análise do ciclo da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. *Missões: Revista De Ciências Humanas E Sociais*, 8(3), 67–87. 2023. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/163>. Acesso em: 13 fev. 2025.

INSTITUTO UNIEMP. **As armas da ciência frente às mudanças climáticas na agricultura**. Conhecimento & Inovação. Campinas - SP. v.5 n.3. 2009. Disponível em: http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-43952009000300015&lng=pt&nrm=is Acesso em: 10 jan. 2025.

KRUGER, Silvana Dalmutt; SANTOS, Edicreia Andrade dos; SALLABERRY, Jonatas Dutra. **A relação entre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e a consciência ambiental dos servidores**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 5, p. e2024-0011, 2024. DOI: 10.1590/0034-761220240011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/92261> Acesso em: 7 abr. 2025.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **CNA divulga posicionamento para a COP 29**. Disponível em : https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/386084-cna-divulga-posicionamento-para-a-cop-29.html?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 22 mar. 2025.

MOREIRA, Francisco. **O projeto político da confederação da agricultura e pecuária do Brasil: adversários, disputas e formas de atuação**. Florianópolis - SC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/40016/1/A%C3%A7%C3%A3oPol%C3%ADticaConfedera%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 12 fev. 2025.

PEIXOTO, Marcus. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/tese_marcus_peixoto.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

PEREIRA, Marcela de Lima. **A ação política da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na conjuntura brasileira recente (2016-2022)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) . Uberlândia - MG, 2023.

PETTAN, Kleber Batista. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):** percepções e tendências. 2010. 393 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000769739>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLSSON, Giovani. KRUGER, Silvana Dalmutt. **Governança Corporativa e Externalidades:** perspectivas sobre a Agenda 2030. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM www.ufsm.br/revistadireito v. 16, n. 2 / 2021.

REYNOL, Fabio. **As armas da ciência frente às mudanças climáticas na agricultura.** Conhecimento & Inovação v.5 n.3 .Campinas - SP. 2009.

SENAR - Diretoria de Assistência Técnica e Gerencial (DATeG) **Documento Norteador da Assistência Técnica e Gerencial** – Administração Central. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2024/08/ANEXO-II-Documento-Norteador-de-Assistencia-Tecnica-e-Gerencial.pdf> Acesso em: Mar. 2025.

SISTEMA DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **Institucional.** Brasília - DF. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/institucional-cna>. Acesso em: 05 jan. 2025.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. **A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição Brasileira de 1988.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2012. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ. 238f

ZANINI, Pedro Henrique; PEREIRA, Alexandre Wallace; PEREIRA, Raquel da Silva. (2023). **Cidades sustentáveis e a agenda ambiental na administração pública brasileira.** RISUS – Journal on Innovation and Sustainability, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 4-19, abr./maio. 2023 - ISSN 2179-3565.